



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

#### EDITAL N.º 001, DE 17 DE JUNHO DE 2004

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE, nos termos da Portaria PR/SE n.º 026, de 22/04/2004, no uso de suas atribuições legais, faz saber que estarão abertas, no período de 21 junho a 02 de julho do corrente ano, as inscrições para o processo seletivo visando ao preenchimento de 13 (treze) vagas prováveis para estágio curricular na área de Direito, em regime de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, percebendo a título de bolsa de estágio a importância de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). O presente processo seletivo será regido por este edital, pela Portaria n.º 001/2004 desta Comissão, e pela legislação correspondente.

#### 1.0 LOCAL DE INSCRIÇÃO

1.1 **Local:** Procuradoria da República no Estado de Sergipe, situada na Avenida Beira Mar, n.º 1064, Praia 13 de Julho. Pré-inscrição pelo endereço <http://www.prse.mpf.gov.br> na internet.

1.2 **Horário das Inscrições:** das 8 às 11 e das 13 às 17 horas.

1.3 **Informações** pelo telefone 0XX79 246-1810, ramal 334 e no endereço (sítio) da Internet: <http://www.prse.mpf.gov.br>.

1.4 Poderá ser feita a Pré-inscrição pela Internet, no endereço citado no subitem anterior.

#### 2.0 CONDIÇÕES DA INSCRIÇÃO

2.1 **Comprovar** que está regularmente matriculado no curso de direito em instituição de ensino conveniada.

2.2 **Entregar** cópia de documento de identidade contendo fotografia.

2.3 **Apresentar** o histórico escolar atual.

2.4 **Preencher** ficha fornecida pela seção de pessoal.

3.0 O processo seletivo terá a validade de 1 (um) ano, a contar da divulgação do resultado final.

4.0 Quando da convocação para assinatura do Termo de Compromisso o candidato habilitado deverá comprovar ter concluído, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de créditos do Curso de Direito (Comprovante de Matrícula Atual).

5.0 A seleção será procedida mediante aplicação de uma prova com questões objetivas e subjetivas, versando sobre os seguintes temas:

#### I - DIREITO CONSTITUCIONAL

. Constituição: Conceito, classificação, objeto e elementos.

. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Organização do Estado.

. Poder Constituinte.

. Controle de Constitucionalidade, Leis nºs 9.868/99 e 9882/99.

. Repartição constitucional de competências. União. Estados. Municípios. Distrito Federal e Territórios.

. Intervenção Federal.

. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Princípios institucionais. Estrutura orgânica. Garantias. Vedações institucionais. Advocacia Pública e Defensoria Pública.

. Direitos e Garantias Fundamentais e sua proteção.

. Da Administração Pública. Princípios. Servidores Públicos.

. Princípios da ordem econômica.

. Dos índios.

#### II - DIREITO CIVIL

. Noções de direito civil. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Divisão do direito em público e privado. Lei de introdução ao Código Civil. Elaboração e vigência da lei. Eficácia da lei. Interpretação e Integração.

. Pessoa Natural: início e fim. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Pessoa Jurídica: início e fim. Capacidade e Representação. Responsabilidade. Domicílio.

. Bens.

. Fatos e Atos jurídicos. Negócio jurídico. Validade e eficácia. Teoria das nulidades. Vícios. Atos ilícitos e responsabilidade.

Noções gerais de obrigações. Conceito. Elementos constitutivos e fontes das obrigações. Modalidades. Extinção. Mora.

#### III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

. Noções gerais de Direito Processual. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual.

. Jurisdição: conceito, características, finalidade, princípios e espécies.

. Competência. Organização judiciária. Conexão e continência.

. Ministério Público. Funções essenciais à justiça.

. Ação. Conceito. Elementos. Condições. Classificação.

. Processo. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais.

. Atos processuais: conceito, classificação e forma. Comunicação dos atos processuais: citação e intimação. Prazos processuais. Nulidades.

. Partes: capacidade processual. Litisconsorte. Intervenção de terceiros. Denúnciação à lide. Chamamento ao processo. Nomeação à autoria. Oposição. Assistência.

. Recurso. Pressupostos gerais. Efeitos. Espécies: Apelação, agravo, embargos de declaração.

. Mandado de Segurança. Ação Popular. Legitimidade. Procedimento. Atuação do Ministério Público.

. Ação Civil Pública. Procedimento. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

. Juizados Especiais. Juizados Especiais Federais. Habeas Data.

#### IV - DIREITO PENAL

. Aplicação da lei penal. Anterioridade da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço.

. Crime: conceito e elementos. Sujeitos. Objeto. Nexo de causalidade. Crime consumado e tentativa. Dolo. Culpa. Preterdolo.

. Culpabilidade. Erro de tipo e erro de proibição.

. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Crime continuado.

. Ação Penal.

. Extinção da Punibilidade.

. Das penas. Espécies. Consumação. Aplicação. Suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação.

. Dos crimes contra a fé pública.

. Dos crimes contra a Administração Pública.

#### V - DIREITO PROCESSUAL PENAL

. Princípios do Processo Penal.

. Aplicação da lei processual no tempo. Aplicação da lei processual no espaço. Interpretação da lei processual.

. Inquérito Policial: natureza, iniciativa, indeferimento e recurso, inquérito dependente da representação, ato do inquérito, caráter inquisitório, âmbito de atividade, prazo, conclusão e remessa a juízo, arquivamento.

. Ação penal: condições e princípios da ação, classificação das ações penais, condições de procedibilidade, ação penal privada, ação penal originária, influência da sentença penal no cível.

. Lei dos Juizados Especiais Criminais. Composição civil e transação penal. Suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099/95).

. Recursos. Apelação. Recurso em sentido estrito.

. Habeas corpus.

#### VI - DIREITO ADMINISTRATIVO

. Princípios básicos da administração.

. Poderes Administrativos: Considerações gerais, poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Polícia sanitária.

. Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Teoria dos motivos determinantes. Invalidação dos atos administrativos.

. Contratos Administrativos e Licitação.

. Servidores Públicos. Considerações gerais. Organização do serviço público. Normas constitucionais pertinentes aos servidores. Direitos e deveres dos servidores. Responsabilidades dos servidores. Direito adquirido.

. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico.

#### VII - DIREITOS DIFUSOS

. Direito do consumidor (Lei n.º 8.078/90)

. Direito Ambiental (Lei n.º 9.605/95)

. Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85)

. Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92)